

A Europa num mundo multipolar

Falar numa Europa geopolítica, ou seja numa União Europeia como grande actor da política mundial, usando os instrumentos de poder clássicos dos Estados é um tema incómodo.

José Pedro Teixeira Fernandes | Público | 24 de Abril de 2023

1. Não é segredo para ninguém que os maiores contestatários de um mundo unipolar são a Rússia e a China. Contestam a ordem internacional liberal, que é a face normativa de uma ordem internacional unipolar centrada nos EUA (e Ocidente). A contestação da Rússia é a mais estridente e violenta — é feita também pelo recurso à guerra, como evidencia o caso da Ucrânia —, mas não é a mais poderosa. É constrangida por substanciais limitações ao seu poder, desde logo pela sua economia e demografia.

Quanto à China, é o Estado com mais capacidade de alterar o sistema internacional. A sua consistente expansão nos mercados internacionais, da Ásia à América Latina, passando também pela África e pela própria Europa (ainda que sob formas diferentes) é um sinal claro do seu poder. Tal como é o facto de ser já a maior potência comercial, em termos de bens transaccionados (nos serviços os EUA e Ocidente continuam a ter a primazia).

A [China](#) e a Rússia proclamaram, um pouco antes invasão russa da Ucrânia, em inícios de 2022, uma “parceria sem limites” (seja o que for que isso significa exactamente), que foi reafirmada com a visita de Xi Jinping à Rússia em Março de 2023. Face a este novo mundo de potências contestatárias, que cada vez ganha mais contornos, a questão que se coloca para a Europa — leia-se, para a União Europeia — é a de saber como se deve posicionar para prosseguir os seus interesses estratégicos, económico-político-militares e de segurança. Para além da Rússia, a triangulação com os EUA, o tradicional aliado e protector de segurança desde a Segunda Guerra Mundial e com a China — a grande potência emergente que quer alterar o sistema internacional a seu favor —, é o ponto mais crítico.

2. Visto retrospectivamente o período entre a queda do muro de Berlim em 1989 e a crise financeira de 2008 — onde a supremacia dos EUA não tinha rival entre as grandes potências —, foi um período algo atípico. Em termos históricos, são mais frequentes outras formas de distribuição do poder no sistema internacional. Por exemplo, durante a Guerra Fria (1947-1989), tivemos um sistema bipolar dominado pelos EUA e pela União Soviética. Quanto à multipolaridade, foi por exemplo dominante durante a primeira metade do século XIX, no período entre o Congresso de Viena (1814-1815) e a Guerra da Crimeia (1853-1856), num sistema com a Grã-Bretanha, o Império Austríaco, a Rússia, a Prússia, o qual se juntou também a França após a derrota de Napoleão Bonaparte.

Existe um debate nunca encerrado sobre qual destes sistemas (unipolar, bipolar e multipolar) é o mais estável e pacífico nas relações internacionais. Para os críticos dos sistemas multipolares, estes são particularmente instáveis e propensos ao conflito. Um

argumento comum reside no facto de implicarem complexos — e tendencialmente instáveis — sistemas de alianças. Assim, nesta visão, a multipolaridade tenderá para a instabilidade e a escalada do conflito. Todavia, para os seus defensores (da multipolaridade), pelo contrário, será a forma normal de um mundo diverso e plural funcionar. Será também uma forma mais democrática de distribuição de poder a nível internacional.

3. A transformação para um mundo multipolar é também a visão de Josep Borrell, o alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança que chefia o Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE) — o serviço diplomático da União Europeia. Este afirmou que o desafio para a Europa é adaptar-se “à nova distribuição do poder, enquanto trabalha para mitigar a fractura política do mundo em pólos concorrentes.”

Ainda segundo Josep Borrell, na última década e meia, temos entrado, gradualmente, “no que hoje poderíamos chamar ‘multipolaridade complexa’”. Acrescenta este que, “do ponto de vista económico, por exemplo, temos três pólos dominantes: os EUA, a China e a União Europeia. No entanto, sublinhou também, “politicamente a estruturação é mais complexa”. Para isso, concorrem vários factores. Primeiro, “uma bipolaridade sino-americana emergente está a estruturar cada vez mais o sistema mundial”. Segundo, “existem importantes potências políticas e militares sem serem necessariamente potências económicas fortes (como a Rússia ou a Turquia a nível regional)”. Terceiro, porque “há actores no meio do garfo”, como a União Europeia, os quais “têm um forte peso económico” mas são ainda “pólos políticos em formação”.

A ambição daquilo a que chamamos “Europa geopolítica” é precisamente colmatar o fosso entre o poder económico e a influência geopolítica”. ([Ver](#) Josep Borrell, European Union External Action, “*How to revive multilateralism in a multipolar world?*”, 16/03/2021).

4. Falar numa Europa geopolítica, ou seja, numa União Europeia como grande actor da política mundial, usando os instrumentos de poder clássicos dos Estados é um tema incómodo. Mais do que isso, é um percurso cheio de obstáculos. Para além da guerra da Ucrânia, que trouxe um profundo contencioso com a Rússia, há a questão de Taiwan, que é central para a China.

No caso da invasão da [Ucrânia](#), o Ocidente mostrou, pelo menos até agora, uma substancial coesão. A União Europeia alinhou claramente as suas posições políticas e estratégicas com os EUA e a NATO. Todavia, a questão de Taiwan — a agudizar-se em termos político-militares — é já uma (anunciada) fonte de divisões entre os europeus. As tradicionais linhas sobre o que deve ser a estratégia da Europa voltaram a emergir (e a divergir).

Uma é claramente europeísta (França é o tradicional impulsionador), apostando numa autonomia estratégica profunda, incluindo face aos EUA. A outra é marcadamente atlantista (o Reino Unido, agora fora da União Europeia, era o seu principal sustentáculo, mas, entre outros, a Alemanha também prossegue essa linha à sua maneira).

A mais recente controvérsia foi gerada pelas declarações do Presidente francês, Emmanuel Macron, numa entrevista durante o regresso da sua visita à China, em inícios de Abril de 2023. Segundo este, a Europa “deve reduzir a sua dependência dos EUA e evitar ser arrastada para um confronto entre a China e os EUA sobre Taiwan”. Macron acrescentou ainda que “o grande risco” que os europeus enfrentam nesta altura é o de serem apanhados “em crises que não são nossas”, o que impede a Europa de construir “uma autonomia estratégica”. Para este, há uma questão crítica à qual “os europeus precisam de responder... é do nosso interesse acelerar [uma crise] em Taiwan? Não. O pior seria pensar que nós, europeus, temos de nos tornar seguidores” na questão de Taiwan, deixando-nos enredar na “agenda dos EUA” e numa “reação chinesa exagerada”. ([Ver](#) “*Europe must resist pressure to become ‘America’s followers, ’says Macron*” in *Politico*, 9/04/2023).

5. Foram as afirmações de Macron insensatas estrategicamente, fazendo o jogo que interessa à China, ou seja, dividir o Ocidente, nada beneficiando a União Europeia com isso? Mais uma vez, a resposta depende da forma como acharmos que deve ser prosseguida a segurança e defesa da Europa e a sua afirmação no mundo. Como notado, a divergência entre europeístas e atlantistas — onde há possíveis compromissos — não tem nada de novo. É tão antiga como a União Europeia. O dado novo é a ascensão da China. Para os europeus, uma nova guerra fria com a China traz implicações económico-comerciais muito mais abrangentes do que a Guerra Fria EUA-União Soviética do passado.

O caso português — dadas as importantes relações comerciais e de investimento — evidencia bem o problema. Não é um caso isolado. A Alemanha, como grande Estado exportador, também tem um importante mercado na China e é investidor aí (tal como a França e outros). Todavia, não é apenas uma questão económico-comercial. Projecta-se noutros factores de poder. A Europa não dispõe de autonomia energética como os EUA em petróleo e gás natural. Há ainda importantes especificidades geopolíticas, desde logo de natureza geográfica. Para a Europa, o que se passa na Ucrânia, ou nos Balcãs, por exemplo, tem repercussões que não afectam da mesma forma os EUA (por exemplo, movimentos de refugiados). Tal como o que se passa no México ou em Cuba tem repercussões nos EUA que não existem na União Europeia.

Por outras palavras, tais factores de poder — e vulnerabilidades — não são os mesmos para europeus e norte-americanos. Claro que isto não significa que a Europa não tenha interesses (estratégicos) e valores (democráticos) em comum com os EUA e que uma aliança entre ambos não tenha vantagens para os europeus, desde logo pela sua crónica deficiência em termos militares. Afastadas duas posições radicais — a de que a Aliança Atlântica não serve os interesses europeus em nada e de que os interesses europeus são sempre os mesmos dos norte-americanos —, fica um espaço que é necessário definir, em concreto. Obrigar a pensar a autonomia estratégica europeia fora de um *slogan* vazio — e a actuar por antecipação — é o maior mérito da provocação de Macron.

<https://www.publico.pt/2023/04/24/mundo/analise/europa-mundo-multipolar-2047193>